

solicitar o registro da referida OPA, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo, (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia, e (v) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, elaborado por instituição que atenda o disposto neste artigo. Ademais, a OPA deverá ter como condição suspensiva a prévia aprovação dos órgãos reguladores aplicáveis, inclusive da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL na hipótese de a efetivação da OPA resultar na aquisição de controle conforme Resolução Anatel no. 101/99, de modo que, nesta hipótese, a OPA somente será efetivada mediante o cumprimento desta condição suspensiva dentro do prazo estabelecido na OPA, mas em nenhum caso em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias. Caso a condição suspensiva não seja verificada no prazo previsto na OPA, a OPA não será efetivada, devendo ser encerrada nos termos da regulamentação em vigor, ocasião em que o Adquirente deverá retornar ao seu *status quo ante*, sendo obrigado a vender as suas ações excedentes a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia dentro de 03 (três) meses contados do encerramento da OPA, sob pena das penalidades previstas no parágrafo quinto abaixo.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) 1,5x (um ponto cinco vezes) o valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme definido no Parágrafo Nono; (ii) 150% (cento e cinquenta por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo 39, desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da OPA nos termos deste artigo; (iii) 150% (cento e cinquenta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à

Página 31 de 36



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 39/60

OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma Oferta Pública de Aquisição de Ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de o Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos: (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral, na qual o Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Sexto - O disposto neste Artigo 39 não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 03 (três) meses contados do evento relevante; (ii) da incorporação de outra sociedade pela Companhia e; ou (iii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia e; ou. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado,

Página 32 de 36



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA-GERAL

pág. 40/60

aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do capital total descrito no *caput* deste Artigo 39, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - A Assembleia Geral poderá dispensar o Adquirente da obrigação de efetivar a OPA prevista neste artigo, caso seja do interesse da Companhia.

Parágrafo Nono - O laudo de avaliação de que trata o parágrafo 2º acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e Acionista Controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa do Conselho de Administração da Companhia. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Adquirente.

Parágrafo Décimo - Para fins deste Artigo 39, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas,

Página 33 de 36



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 41/60

Controladoras ou sob Controle Comum; ou (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle Comum.

CAPÍTULO XI **ARBITRAGEM**

Artigo 40 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII **SAÍDA DO NOVO MERCADO**

SEÇÃO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 41 – A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:

- I. da decisão do acionista controlador ou da Companhia;
- II. do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e
- III. do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

SEÇÃO II

Página 34 de 36



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 42/60

SAÍDA VOLUNTÁRIA

Artigo 42 – A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na ICVM 361 para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

SEÇÃO III **SAÍDA COMPULSÓRIA**

Artigo 43 – A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no Artigo 41 acima.

Parágrafo Único – Na hipótese de não atingimento do percentual para saída do Novo Mercado, após a realização da OPA, as ações de emissão da companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da OPA, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

CAPÍTULO XIV **REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA**

Artigo 44 – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO XV **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 45 – As operações e contratos com partes relacionadas devem ser firmado observado o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas.

Página 35 de 36



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 43/60

Artigo 46 – A Diretoria não pode negociar atos, contratos ou documentos sem aprovação do Conselho de Administração, nas seguintes condições: (i) que sejam em moeda diversa, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social; (ii) que restrinja eventuais alterações societárias da Companhia ou suas controladas; e (iii) que restrinja percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto Social.

Artigo 47 – Na ocorrência de divergências entre as disposições deste Estatuto Social e legislação superveniente aplicável a esta Companhia prevalecerão às disposições legais.

Artigo 48 – As disposições contidas: (i) no *caput* e § único do Artigo 2º; (ii) § primeiro do Artigo 11; (iii) nos incisos IV e XX do artigo 12; (iv) no §2º, §3º e § 7º do artigo 13; (v) § 1º e §2º do artigo 24; (vi) no §1º do artigo 26; e (vii) nos Capítulos VII, X, XI, XII, XIII e XIV deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia.

O referido instrumento foi aprovado e é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da ALGAR TELECOM S/A, datada de 03 de novembro de 2017, denominado Anexo I. Assinam por meio de certificado a via eletrônica destinada ao registro na Junta Comercial, o Sr. Luciano Roberto Pereira na qualidade de secretário “ad hoc” e o Sr. Danilo de Andrade Fernandes, inscrito na OAB/MG 128.797, na qualidade de advogado. Uberlândia, 03 de novembro de 2017.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/516.234-4	J173195851064	07/11/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
059.638.166-29	DANILO DE ANDRADE FERNANDES
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 45/60

(Anexo II à ata da Assembleia Geral Extraordinária da ALGAR TELECOM S/A realizada em 03 de novembro de 2017).

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL

1. OBJETO

1.1. O presente “Regimento Interno do Conselho Fiscal” (“Regimento”), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da ALGAR TELECOM S.A. (“Companhia”), realizada em 3 de novembro de 2017 tem por finalidade estabelecer normas para o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia (“Conselho Fiscal”) definindo suas responsabilidades e atribuições, observados o estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), os termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, aprovado pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 05 de setembro de 2017 (“Regulamento do Novo Mercado”, e “B3”, respectivamente), bem como as boas práticas de governança corporativa.

1.1.1. Havendo conflito entre as disposições previstas neste Regimento e no Estatuto Social, prevalecerá o disposto no Estatuto Social.

1.2. O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, funciona exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por pedido de acionistas, nas hipóteses previstas em lei, ou por deliberação da assembleia geral de acionistas da Companhia (“Assembleia Geral”), bem como possui as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

1.2.1. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 4 (quatro) membros efetivos e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, em observância da Lei das Sociedades por Ações.

Página 1 de 10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 46/60

- 1.2.2. O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

2. INVESTIDURA

- 2.1. Os conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante: (i) assinatura do termo de posse no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal, no qual deverá constar a declaração de desimpedimento a ser realizada sob as penas e na forma da lei, bem como sua sujeição à cláusula compromissória estatutária nos termos do Regulamento Novo Mercado; e (ii) entrega de termo de adesão à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia.

- 2.1.1. Os membros efetivos e os respectivos suplentes serão empossados no mesmo ato, sendo que os membros suplentes, nas ausências ou impedimentos temporários dos membros efetivos, os substituirão, sendo indelegável a função de membro do Conselho Fiscal.

- 2.1.2. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, os membros dos órgãos da administração e empregados da Companhia ou de controladas ou sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia, cônjuge ou parente até terceiro grau de membro do conselho de administração e diretoria da Companhia e aquele que mantenha vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou qualquer controlada da Companhia (“Concorrente”), qual seja aquela que atua no mesmo ou em segmentos de mercado similares aos da Companhia, estando vedada, dentre outras, a eleição de pessoa que: (i) seja empregada, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de acionista controlador ou sociedade controlada de Concorrente; e/ou (ii) seja cônjuge ou parente até segundo grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de acionista controlador ou sociedade controlada de Concorrente.



2.2. Na primeira reunião que se realizar após sua eleição, os membros do Conselho Fiscal elegerão o seu presidente, com o voto de, no mínimo, a maioria dos seus membros.

2.3. Ocorrendo a vacância definitiva do cargo de membro do Conselho Fiscal, por renúncia ou impedimento, o respectivo suplente deverá ocupar o cargo vacante até a eleição de seu substituto na Assembleia Geral, não havendo suplente, a próxima Assembleia Geral deve proceder à eleição de membro para o cargo vago.

3. ATRIBUIÇÕES

3.1. Compete ao Conselho Fiscal, além das atribuições fixadas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) convocar Assembleia Geral nos casos previstos em lei, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto Social;
- c) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- d) comparecer ou fazer-se representar por pelo menos um de seus membros às Assembleias Gerais, quando assim solicitado, respondendo aos pedidos de informações formulados pelos acionistas;
- e) manifestar-se previamente sobre o processo de contratação de auditores independentes.

Página 3 de 10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 48/60

- 3.2. Este Regimento será aprovado pela Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal, se for o caso.
- 3.3. Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos a que deva opinar.
- 3.4. O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessárias à apuração de fatos específicos.
- 3.5. É dever de todo membro do Conselho Fiscal, além daqueles previstos em lei, regulamentação aplicável e Estatuto Social:
- a) comparecer às reuniões do Conselho Fiscal previamente preparado, com o exame dos documentos postos à disposição e delas participar ativa e diligentemente;
 - b) manter sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;
 - c) abster-se de intervir, isoladamente ou em conjunto com terceiro, em quaisquer negócios com a Companhia ou suas controladas ou sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;
 - d) declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstando-se de sua discussão e voto;
 - e) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia;
 - f) tomar parte nas discussões e votações, pedindo vistas da matéria, se julgar necessário, durante o debate e antes da votação;

Página 4 de 10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL pág. 49/60

- g) comparecer às reuniões do Conselho Fiscal e, conforme o caso, dos outros órgãos da administração, estatutária ou não, quando se fizerem necessários esclarecimentos acerca de temas sob a responsabilidade do Conselho Fiscal, quando convidado ou na forma prevista no Artigo 6º, § 2º acima;
- h) comunicar ao presidente do Conselho Fiscal, com a possível antecedência, a impossibilidade de comparecimento a reunião, anteriormente marcada;
- i) solicitar aos órgãos da administração, estatutária ou não, livros, documentos ou informações consideradas indispensáveis ao desempenho das funções do Conselho Fiscal; e
- j) exercer outras atribuições legais inerentes à função de conselheiro fiscal.

- 3.6. Os membros do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos administradores de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei das Sociedades por Ações e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do Estatuto Social.
- 3.7. Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no exclusivo interesse da Companhia. Considerar-se-á abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à Companhia, ou aos seus acionistas ou administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo à Companhia, seus acionistas ou administradores.
- 3.8. O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente, ou se concorrer para a prática do ato.



- 3.9. A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas dela se exime o membro dissidente que fizer consignar sua divergência em ata de reunião do órgão e comunicar aos órgãos da administração e à Assembleia Geral.
- 3.10. Os membros do Conselho Fiscal deverão informar imediatamente as modificações em suas posições acionárias na Companhia à CVM e às entidades do mercado de balcão organizado e bolsa de valores nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação, nas condições e na forma determinadas pela CVM.
- 3.11. Os Conselheiros obrigam-se a cumprir os termos do Código de Conduta da Companhia e zelar por ele.

4. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

- 4.1. O presidente do Conselho Fiscal tem as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe conferirem o Estatuto Social e a lei:
- a) presidir e coordenar as reuniões;
 - b) orientar os trabalhos, mantendo em ordem os debates, bem como solucionar questões de ordem suscitadas nas reuniões;
 - c) compatibilizar as atividades do Conselho Fiscal com os interesses da Companhia, dos seus acionistas e das demais partes interessadas;
 - d) solicitar a presença nas reuniões de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam prestar esclarecimentos pertinentes às matérias em pauta;
 - e) assegurar a eficácia e o bom desempenho do Conselho Fiscal, bem como representá-lo em todos os atos necessários;

Página 6 de 10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL pág. 51/60

- f) cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e as demais disposições legais ou regulamentares do funcionamento do Conselho Fiscal;
- g) apurar as votações e proclamar os resultados;
- h) encaminhar, ao Conselho de Administração e a quem mais de direito, as deliberações e recomendações do Conselho Fiscal.

5. SECRETARIA E ASSESSORAMENTO AO CONSELHO FISCAL

5.1. A administração da Companhia colocará à disposição do Conselho Fiscal equipe de pessoas qualificadas para secretariá-lo e prestar o necessário apoio técnico.

5.2. Essa equipe exercerá a secretaria das reuniões, competindo-lhe:

- a) organizar e enviar, sob orientação do presidente, a pauta dos assuntos a serem tratados em cada sessão, reunindo os documentos necessários;
- b) distribuir a pauta e a documentação, ler os expedientes e anotar os debates e deliberações para consignação em ata;
- c) secretariar a reunião, lavrar as respectivas atas, registrá-las em livro próprio, e colher as assinaturas dos Conselheiros;
- d) expedir e receber a documentação pertinente ao Conselho Fiscal;
- e) providenciar o registro da ata da reunião do Conselho Fiscal nas competentes juntas comerciais, se for o caso;

Página 7 de 10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6440757 em 10/01/2018 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 175162344 - 07/11/2017. Autenticação: 5D9AB02D5EE8CE66DDDBBED178D921ECD69F1F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/516.234-4 e o código de segurança cD6w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 52/60